



ATA N.º 25

26-09-2018

Handwritten signatures in blue ink:
NoeB
Grilo
Ferreira

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a vigésima quinta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participaram também nos trabalhos a Técnica Superior da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.-----

O Sr. Presidente da Câmara informou que teve lugar em Vila Alva no passado dia 24 de setembro uma reunião com viticultores daquela freguesia, a Adega Cooperativa de Vidigueira Cuba e Alvito e a Junta de Freguesia de Vila Alva com o propósito de criar

uma associação de desenvolvimento local tendo em vista a preservação e valorização das vinhas centenárias daquela região.

Informou ainda que no âmbito da AMCAL foram feitas candidaturas para renovação das viaturas de recolha de resíduos dos municípios bem como a alteração no sistema selectivo dessa recolha. Alvito vai implementar o sistema a partir de outubro e já foi entregue uma viatura na Vidigueira. Para Cuba está prevista a entrega da viatura em 2020.

A Sr.^a Vereadora Noémia Ramos, no período de 30 de agosto a 25 de setembro, desenvolveu as seguintes atividades:

- Atendimento aos munícipes;
- Acompanhamento dos processos de intervenção social dos programas sociais do SASS e de SAE;
- Acompanhamento e monitorização dos processos de integração dos colaboradores dos contratos de emprego inserção e emprego inserção + e GIP;
- Monitorização dos trabalhos do Gabinete Municipal de Proteção Civil, projetos de segurança contra incêndios e Medidas de Autoproteção nos edifícios escolares e levantamento de edifícios degradados no concelho;
- Participação no Conselho de Geral do AEC;
- Participação no Conselho Municipal de Educação;
- Reunião de trabalho com Associação Terras Dentro, no âmbito do Diagnóstico Social do Concelho de Cuba e Plano de Desenvolvimento Social e preparação da receção à comunidade educativa;
- Reunião de trabalho com as entidades locais para planeamento e organização da Semana Sénior;
- Participação no Seminário promovido pela CPCJ, sob o tema "A Prevenção somos todos nós";

- Sessão de entrega dos materiais escolares às famílias a que a eles tem direito;
- Participação na reunião do 2.º ano do 1.º ciclo da EBI;
- Visita da equipa do SAE ao Polo de Vila Ruiva;
- Reunião de trabalho na sede do AEC, com a equipa de educação física da EBI e EPC para definição concertada da utilização do Pavilhão Gimnodesportivo;
- Reunião de trabalho da equipa do SASS e do SLAS de Cuba para definição de formas de articulação regulares;
- Reunião de trabalho com a Associação Make It Better sobre os projetos internacionais (4.ª mobilidade do projeto LEI e da candidatura do novo projeto sobre educação de jovens - SparkLABS);
- Reunião de trabalho dos parceiros do projeto "Prevenção de Quedas no Domicílio" para revisão dos objetivos do projeto.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "NaeB" and "Gelo"]

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2018: € 230 554,94.

ORDEM DO DIA.

1. CLÍNICAS "O MEU DOUTOR". REABILITAÇÃO AUDITIVA PORTUGAL. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. CAMPANHA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA.

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que deferiu o pedido de Clínicas "O Meu Doutor" para ocupação de via pública com uma unidade móvel para a realização de um rastreio gratuito de Reabilitação Auditiva, Junto da Biblioteca Municipal, em Cuba, no dia 19 de setembro de 2018.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o*

presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

2. TERTULIA PROEZA, UNIPESSOAL, LDA. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autorizou a emissão de licença especial de ruído para a realização de uma festa de aniversário com música ao vivo, no dia 18 de setembro de 2018, no horário compreendido entre as 21,00 horas e as 03,00 horas do dia seguinte, na Adega de Monte Pedral, em Cuba, devendo o requerente tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído, assim como deverá solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”,* deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

3. MURO EM RUÍNA. TRAVESSA DA PALMEIRA, EM CUBA. VISTORIA AO ABRIGO DO ART.º 89.º E SEQUINTE DO RJUE. -----

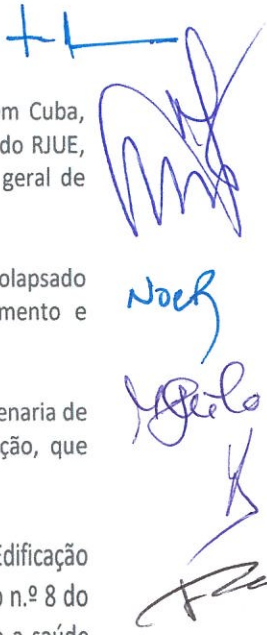
Foi presente à Câmara a Informação n.º 09U/2018, do Serviço de Urbanismo contendo o relatório da vistoria efetuada ao prédio em questão propriedade da Sr.ª Maria da Conceição Borges, cujo conteúdo se transcreve: -----

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

- 
1. Na sequência da derrocada de parte de muro delimitador de prédio sito na Travessa da Palmeira em Cuba, realizou-se vistoria hoje dia 11.09.2018, pelas 14h30, ao abrigo do disposto no artigo 89.º e seguintes do RJUE, regulado actualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, para verificação do estado geral de conservação;
 2. Verificou-se que efectivamente, grande parte do muro confinante com a Travessa da Palmeira já havia colapsado para a via pública, estando o material constituinte da alvenaria de tijolo, depositado no arruamento e impossibilitando a circulação de viaturas e de pessoas;
 3. A existência de um troço restante de muro em alvenaria de taipa, e atendendo ao material que ruiu (alvenaria de tijolo simples rebocado), faz-nos presumir que já havia sido levada a cabo operação de reconstrução, que contudo, não conseguimos situar temporalmente.

Por esse facto, e atendendo ao disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, em articulação com o disposto no n.º 8 do artigo 90.º do mesmo diploma, em face do risco eminente de derrocada total, e para obviar o perigo para a saúde pública, sugere-se uma intervenção imediata do proprietário, num prazo não superior a 10 dias para a realização dos trabalhos que deverão incidir em primeira instância sobre a limpeza e transporte a vazadouro do material resultante do desmoronamento do muro, de modo a desobstruir a via pública, e a consolidação da área restante. Deverá ainda ser assegurada a execução de nova vedação do prédio na área confinante com a Travessa da Palmeira, que poderá ser executada com recurso a alvenaria travada, betão ou outro material que proporcione as condições mínimas de resistência e durabilidade.

Nos termos do mesmo artigo, e em face do manifesto perigo que a situação constitui, poderão ser dispensadas as formalidades preceituadas pelo artigo 90.º do RJUE.

Mais se informa que para efeitos do disposto no artigo 91.º do RJUE, se o proprietário não iniciar as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 89.º, pode a câmara municipal tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata, sendo aplicável à execução coerciva das obras, o disposto nos artigos 107.º e 108.º, com as devidas adaptações.

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que determina a notificação da proprietária para que proceda em conformidade com o determinado na mesma.

A Câmara tomou conhecimento e, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

4. SUSANA SOFIA FERREIRA COSTA FITAS. APOIOS SOCIAIS. ADIANTAMENTO DE RENDAS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 86/2018, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com as alíneas a), b) e f) do n.º 1 do art.º 2.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio à renda, nomeadamente, das prestações adiantadas por parte do município, no valor de 180,00€, referentes ao mês de outubro, novembro e dezembro, formulado pela Sr.ª Susana Sofia Ferreira Costa Fitas-----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

5. IRENE DA CONCEIÇÃO TAVARES PALMA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DA ALEGRIA, N.º 12, FARO DO ALENTEJO. -----

Solicita a Sr.ª Irene da Conceição Tavares Palma, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo de água na morada indicada, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em prestações mensais de valor até € 20,00, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. O contrato de água está em nome da Sr.ª Maria Teresa Parreira. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação 187/2018, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento de forma faseada e alertando para o facto de que o

incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

6. IRENE DA CONCEIÇÃO TAVARES PALMA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: TRAVESSA PÚBLICA, FARO DO ALENTEJO. -----

Solicita a Sr.^a Irene da Conceição Tavares Palma, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo de água na morada indicada, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em prestações mensais de valor até € 20,00, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. O contrato de água está em nome do Sr. António Mariano Panasqueira Braz. A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação 188/2018, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento de forma faseada e alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

7. ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA CURSOS DO ENSINO SUPERIOR NO ANO LETIVO DE 2018/2019. -----

Prevê o Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, no seu art.º 2.º, o seguinte: *“no início de cada ano letivo, a Câmara abrirá concurso para atribuição de bolsas de estudo, do qual será dado conhecimento aos interessados através de edital a afixar nos locais de estilo, bem como no sítio da Internet da Câmara Municipal.”* -----

Assim, propõe-se que a Câmara delibere no sentido de abrir concurso para atribuição de bolsas de estudo para Cursos do Ensino Superior, para o ano de 2018/2019, fixando, simultaneamente, o número de bolsas a atribuir e o respetivo montante. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou dar início à receção das candidaturas que deverão ser formalizadas até ao próximo dia 31 de outubro. -----

Mais deliberou fixar em 35 o número de bolsas a atribuir no montante de € 750,00,

cada. -----

8. MARIA ISABEL A. A. S. C. LEAL DA COSTA. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM - IMPLEMENTAÇÃO DE CULTURAS AGRÍCOLAS DE REGADIO. PRÉDIO N.º 188, DA SECÇÃO A, EM VILA ALVA. -----

Vem a requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa à possibilidade de implementar culturas permanentes de regadio, no prédio acima identificado. -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido essencialmente em *Áreas da rede de proteção e valorização ambiental, Silvo-pastoril e de aptidão agrícola*. -----

De acordo com a Planta de Condicionantes do mesmo plano, há interferência com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional) a Sul e a Poente do prédio, e com REN (Reserva Ecológica Nacional) na quase totalidade do prédio. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar o seguinte: -----

Ao tratar-se de uma ação agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento nos artigos 81.º e seguintes do regulamento do PDM. -----

Deverá ainda a requerente diligenciar junto da Direção Regional de Agricultura, a obtenção da respetiva autorização, nos termos do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de Maio. -----

Para os solos de REN, há que ter em consideração o respetivo regime jurídico, atualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 Setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro, que estabelece que nas áreas incluídas na REN *são proibidas as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ou ampliação, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal*. Excetuando-se os usos e as ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas incluídas em REN. Consideram-se compatíveis com os objetivos mencionados no número anterior os

usos e as ações que cumulativamente: -----

Não coloquem em causa as funções das respetivas áreas, nos termos do Anexo I; e -----

Constem do Anexo II do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, nos termos dos artigos seguintes, como: -----

i) Isentos de qualquer tipo de procedimento; ou -----

ii) Sujeitos à realização de uma mera comunicação prévia. -----

De acordo com o atrás referido, e tendo em consideração as ações de natureza agrícola, nos termos do disposto no artigo 20.º e respetivo Anexo II, do regime da REN julgamos estar a pretensão sujeita a comunicação prévia ou eventualmente isenta de comunicação em função da tipologia da acção. -----

No que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam vir a ser encontrados, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, com as alterações posteriores). -----

9. PAISAGENS E MIRAGENS TURISMO RURAL UNIPessoal, LDA. PEDIDO DE CERTIDÃO DE ENQUADRAMENTO EM PDM - ARRANQUE DE OLIVEIRAS. PRÉDIO ART.º 40 DA SECÇÃO C - VILA RUIVA. -----

Vem o requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao arranque de oliveiras a levar a cabo no prédio acima identificado, não sendo referido o objetivo agrícola. -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se estar o local inserido em *Áreas com Aptidão Agrícola Dominante*. -----

De acordo com a Planta de Condicionantes do mesmo plano, há interferência com solos de RAN (Reserva Agrícola Nacional). -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar o seguinte: -----

Ao tratar-se de uma ação agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento no art.º 86º do regulamento do

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin. The notes include "11-12" at the top, followed by a large signature, then "NoeB", and another signature below it. At the bottom of the margin, there is a signature that appears to be "F. Ad".

PDM. -----

Deverá ainda o requerente diligenciar junto da Direção Regional de Agricultura, a obtenção da respetiva autorização, nos termos do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de Maio. -----

No que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam vir a ser encontrados, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, com as alterações posteriores). -----

10. 3ª FASE DE ALIENAÇÃO DE LOTES NO PARQUE EMPRESARIAL QUINTA DA GRACIOSA, EM CUBA. PARECER DA COMISSÃO DE ANÁLISE. -----

Foi presente à Câmara o parecer da Comissão de Análise que se transcreve: -----

Aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, reuniu a Comissão designada para o procedimento supra identificado, constituído por Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Vitor Manuel Parreira Fialho e Hélder Manuel Caseiro, Técnicos Superiores desta Câmara Municipal a fim de procederem à apreciação e análise da proposta recebida respeitante ao promotor: -----

ALEXANDRE MANUEL DUARTE BATISTA, cuja atividade principal é a construção de edifícios (residenciais e não residenciais - CAE 41200). -----

Análise e Seleção da Candidatura: -----

Atento o disposto nos artigos 8º e 10º, procedeu a Comissão à respetiva análise e apreciação da candidatura apresentada à 3ª Fase de alienação de lotes de que resultou a seguinte pontuação: -----

ALEXANDRE MANUEL DUARTE BATISTA. -----

Pontuação parcial: -----

O Candidato: -----

- Apresentou as declarações de IRS referentes a rendimentos da Categoria B (Regime Simplificado) dos últimos 3 anos - 5 pontos; -----

- Propõe manter os 5 postos de trabalho existentes – 15 pontos;-----

- Ausência de elementos insertos na candidatura que permita aferir do impacto ambiental - 0 pontos; -----

- Propõe realizar um investimento até € 50.000,00 € - 1 ponto; -----

- O projeto apresentado não tem impacto na Derrama Municipal, mas tem impacto nas receitas provenientes de IRS a receber pelo Município – 5 pontos.-----

PONTUAÇÃO GLOBAL – 26 PONTOS -----

Para fazer face ao projeto, o candidato solicita a atribuição do lote 16, no qual pretende construir um armazém destinado a guardar as matérias-primas, máquinas e ferramentas utilizadas na sua atividade de construção. -----

O lote pretendido situa-se em zona de oficinas (Zona D), e não em zona de armazenagem e estaleiros (Zona A), como seria expectável atendendo à finalidade do mesmo. Porém, este é o único lote vago no Parque Empresarial. -----

Assim sendo, cumprindo a candidatura apresentada todos os requisitos para que lhe possa ser atribuído um lote, pode a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 4.º do Regulamento do Loteamento do Parque Empresarial “Quinta da Graciosa”, em Cuba, a título excecional, por razões de força maior resultantes de interesse municipal devidamente fundamentadas, reservar-se o direito de atribuir lotes a promotores em zonas não compatíveis com os usos referidos no n.º 1 desse mesmo artigo, permitindo, desta forma, que o Lote 16 passe a ser utilizado para armazenagem. Situação idêntica, e que foi aprovada pela Câmara Municipal, já ocorreu aquando da alienação do lote 17, cuja zona e finalidade são as mesmas da pretendida para o lote em análise-----

PARECER: -----

A Comissão de Análise propõe, por unanimidade, a alienação ao candidato ALEXANDRE MANUEL DUARTE BATISTA, do lote 16, com área total de 642,60m², pelo valor de € 3.213,00 (três mil duzentos e treze euros). -----

Nesta conformidade, por força das competências que são cometidas ao presidente do

órgão executivo do município pela alínea o) do nº 12 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente proposta ser remetida para a reunião ordinária da Câmara Municipal para que este órgão delibere sobre a presente candidatura. -----

A Comissão de Análise (Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião), (Vitor Manuel Parreira Fialho), (Hélder Manuel Caseiro). -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder de acordo com a proposta contida no parecer da Comissão de Análise e alienar ao candidato ALEXANDRE MANUEL DUARTE BATISTA, o lote 16, com área total de 642,60m², pelo valor de € 3.213,00 (três mil duzentos e treze euros). -----

11. AS NOVAS REGRAS DA DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE EM BT (BAIXA TENSÃO). O PAPEL DAS AUTARQUIAS LOCAIS NA GESTÃO DAS REDES DE BT. A NECESSIDADE DE OPÇÃO PELA EXPLORAÇÃO DIRETA DA REDE, OU, EM ALTERNATIVA PELA CONCESSÃO DA MESMA, ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO CONCURSAL INTEGRADO, SEGUNDO UMA DAS TRÊS OPÇÕES GEOGRÁFICAS PROPOSTAS. DELIBERAÇÃO FORMAL DA CÂMARA E POSTERIOR NOTIFICAÇÃO À ERSE. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 13/2018 do Chefe da UAJDCS, enquadrando a temática em título, cujo conteúdo se transcreve: -----

Em sintonia com as conversações que temos mantido sobre esta temática, importa que fique registado o seguinte: -----

1.º - Recentemente decorreu a 65.ª Consulta Pública - Concessões de distribuição de eletricidade em baixa tensão, cujo prazo terminou a 17 de setembro de 2018. Sobre esta temática remetemos para os Doc. n.ºs 1 e 2 do ficheiro digital apenso a esta informação, bem como para o ANEXO I à presente Informação da responsabilidade da UAOU. -----

2.º - A atividade de distribuição de energia elétrica em baixa tensão em Portugal Continental é um direito exclusivo dos municípios. Os municípios, ou entidades intermunicipais, podem exercer diretamente esta atividade (exploração direta) ou, em

alternativa, concessioná-la em regime de serviço público, sendo essas concessões atribuídas mediante contratos outorgados pelos órgãos competentes dos respetivos municípios. Esta matéria está devidamente clarificada nas normas legais que regulam a gestão das Redes Municipais que consta do Dec. Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, na sua redação atual, que pode ser consultado no ficheiro digital. -----

3.º - A Lei 31/2017 e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2018 estabeleceram o programa de estudos e ações a desenvolver pela ERSE, em articulação com a Direção-Geral de Energia e Geologia e com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com vista a habilitar a concretização dos concursos para atribuição das concessões de distribuição em baixa tensão. -----

4.º - Tendo em conta o exposto, a ERSE colocou em consulta pública as seguintes propostas: -----

- a) - Principais determinantes do procedimento tipo de atribuição das concessões; -----
- b) - Áreas territoriais de agrupamento das concessões para os procedimentos concursais. -----

5.º - A ERSE convidou todos os interessados a fazer comentários sobre as propostas colocadas em discussão, respeitando o seguinte procedimento: -----

5.1.º - As contribuições sobre as propostas em consulta pública deviam ser escritas e enviadas à ERSE até 17 de setembro de 2018, preferencialmente para o endereço eletrónico infoBT@erse.pt ou por correio ou fax; -----

5.2.º - Salvo indicação expressa em contrário, as contribuições escritas enviadas à ERSE serão tornadas públicas e disponibilizadas na página da ERSE na Internet (www.erse.pt) em "CONSULTAS PÚBLICAS"; -----

6.º - Neste contexto, e para uma melhor apreensão da temática, conforme já antes foi referido apresenta-se apenso a esta Informação ficheiro digital com os documentos que a ERSE colocou em discussão pública, bem como a legislação aplicável; -----

7.º - Resulta do n.º 5 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 5/2018, que surge no ficheiro digital como o Doc. n.º 5, o seguinte: -----

"Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve: -----

5 — Estabelecer que os órgãos dos municípios ou entidades intermunicipais tomam, no âmbito das suas atribuições e competências, uma decisão relativamente à definição da respetiva área territorial para efeitos de procedimento concursal, ou sobre a eventual intenção de proceder à exploração direta, até final do terceiro trimestre de 2018. -----

7.1.º - Em função do art.º 33.º n.º 1 al. ee) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal tomar a decisão a que alude o normativo em cima transcrito, deliberando se é sua intenção explorar diretamente a rede de BT, ou se ao invés disso, opta pela concessão da rede, pronunciando-se sobre a respetiva área territorial a abranger para efeitos de procedimento concursal; -----

7.2.º - Regista-se que as propostas de agregação do território apresentadas no estudo da ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), já anteriormente mencionado, são 3 (três) e constam do ANEXO II à presente Informação. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

a) - Em função do art.º 33.º n.º 1 al. ee) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e uma vez que compete à Câmara Municipal tomar a decisão a que alude o normativo inserto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2018, deliberar se é sua intenção explorar diretamente a rede de BT, ou se ao invés disso, opta pela concessão da rede, A Câmara opta pela agregação territorial 1 a abranger para efeitos de procedimento concursal, conforme opções anexas; -----

b) – Da deliberação que vier a ser tomada notificar formalmente a ERSE até 30 de Setembro. -----

12. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES. APOIO PARA ALIMENTAÇÃO (CANTINA ESCOLAR), LIVROS/MATERIAIS ESCOLARES E TRANSPORTES. ANO LETIVO 2018/2019. APRECIACÃO DE CANDIDATURAS EXTEMPORÂNEAS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 24/2018, do Serviço de Ação educativa dando conta de que decorrido o prazo normal de candidaturas, foram apresentados 20 pedidos (9 da Educação Pré-escolar e 11 do 1.º Ciclo do Ensino básico) para os apoios em epígrafe. -----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, os requerimentos foram aceites, atendendo aos motivos apresentados (transferência de estabelecimento de ensino, confusão com a matrícula, alunos itinerantes de cariz cultural, oferta de trabalho para fora do país, extravio da correspondência enviada para a morada). ----- São alunos pertencentes a agregados familiares integrados no 1.º ou 2.º escalões de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família. ----- Assim, têm direito aos apoios em cantina, livros e/ou materiais escolares os alunos constantes nos quadros I (Educação Pré-escolar) e II (1.º Ciclo), anexos a esta informação. -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições tem um valor estimado de 3667,52€, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2018/2019 o valor estimado será de 1.238,08€ e o encargo financeiro para o apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo, tem um valor de 510 €. -----

O pagamento do apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo será feito à entidade fornecedora dos materiais e/ou livros escolares, neste caso concreto à "Papelaria Artícor", por meio de cheque ou outro meio de pagamento. -----

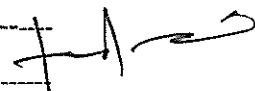
Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

Também se apresentam as necessidades de transporte para os alunos do 1.º ciclo do EB, de Vila Ruiva para a escola sede do Agrupamento, tendo em consideração que o transporte está já a ser feito nos mesmos moldes do ano letivo transato, também assegurado por viaturas e motoristas da autarquia. Estas situações estão contempladas no quadro III, em anexo. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico no que respeita a alimentação, atribuição de auxílios económicos para Livros/materiais escolares a estudantes e transporte, para ano letivo 2018/2019,

deliberou atender os pedidos apesar de extemporâneos. -----

Não
Deixo



13. MERCADO MUNICIPAL - PLANTA, TITULARES DE ESPAÇOS, VALORES MENSAIS. -----

Na sequência do pedido efetuado em 14 de setembro de 2018, pelo Chefe da UAJDCS, designadamente, *"a câmara solicita a emissão de uma informação a essa subunidade a apresentar na reunião de 26.09.2018, onde sejam apresentados os dados de todos os titulares de lugares ocupados no mercado, incluindo lojas, com valores pagos mensalmente, dimensão do espaço, quais os que dispõem de abertura para o exterior, e horários de funcionamento,"* remeto para conhecimento, informação atualizada relativamente ao Mercado Municipal com os lugares ocupados, os nomes dos titulares desse direito e o valor mensal de cada espaço. -----



A Câmara tomou conhecimento. -----

14. PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE UM TERCEIRO TESOUREIRO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 28/2018, dos Serviços Financeiros contendo a seguinte proposta: -----

Face às competências do Serviço de Tesouraria, enumeradas no artigo 9º da Norma de Controlo Interno do Município, nomeadamente:

- a) Promover a arrecadação de receitas virtuais e eventuais;
- b) Liquidar juros de mora;
- c) Efectuar o pagamento de todas as despesas, depois de devidamente autorizadas;
- d) Manter à sua guarda os fundos, valores e documentos pertencentes ao município;
- e) Manter actualizada e em dia a conta corrente com as instituições de crédito;
- f) Entregar diariamente, no Serviço de Contabilidade, e diário da tesouraria e os documentos, relações de despesa e receita relativos ao dia, bem como títulos de anulação e guias de reposição;
- g) Elaborar resumos diários de tesouraria que serão entregues no Serviço de Contabilidade;

É meu entender, que deve existir um terceiro tesoureiro, para que na eventualidade de se verificarem ausências em simultâneo da tesoureira principal e da substituta, estar salvaguardado o serviço de tesouraria. Face ao exposto, proponho que o órgão executivo, caso concorde, designe o senhor António José Ferreira Chaveiro, em virtude do mesmo já ter desempenhado o cargo, como tesoureiro substituto.

A Câmara, por unanimidade, deliberou designar o funcionário de acordo com a proposta apresentada. -----

15. PROPOSTA DE DOAÇÃO DE ESCULTURA COM BUSTO DO FORCADO PEDRO PRIMO. NECESSIDADE DE ACEITAÇÃO FORMAL POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA VALIDADE E EFICÁCIA DO ATO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 14/2018 do Chefe da UAJDCS, enquadrando a proposta em título, bem como os formalismos da aceitação da doação, cujo conteúdo se transcreve: -----

Veio o Senhor António Charneca, Escultor, efetuar a proposta de doação ao Município de Cuba da escultura que contém o busto do forcado Pedro Primo, como homenagem à memória do visado, à população de Cuba e aos aficionados da tauromaquia, documento que se anexa à presente informação e da qual passa a fazer parte integrante. -----

Quid Juris ? -----

O instituto jurídico da **Doação** está previsto no Código Civil, aprovado pelo Dec. Lei n.º 47344/66, de 25 de Novembro, diploma que ao longo de mais de cinco décadas de vigência, sofreu obviamente dezenas de alterações, sendo a mais recente aquela que lhe foi introduzida pelo Dec. Lei n.º 48/2018, de 14 de agosto. -----

A temática é regulada, em específico no art.º 940.º e seguintes do código invocado, dispondo o primeiro destes artigos da seguinte forma: -----

Artigo 940.º

(Noção)

1. Doação é o contrato pelo qual uma pessoa, por espírito de liberalidade e à custa do seu património, dispõe gratuitamente de uma coisa ou de um direito, ou assume uma obrigação, em benefício do outro contraente.-----

2. Não há doação na renúncia a direitos e no repúdio de herança ou legado, nem tão-pouco nos donativos conformes aos usos sociais. -----

Importa depois trazer à colação o art.º 945.º do mesmo diploma para se poder constatar que a doação não se restringe a uma perspetiva unilateral porquanto, exige a aceitação por parte do donatário, para que atinja a plenitude da sua validade e possa

produzir efeitos jurídicos, tratando-se dessa forma de um contrato "tout court". O art.º
em causa enuncia: -----

Artigo 945.º

(Aceitação da doação)

1. A proposta de doação caduca, se não for aceita em vida do doador. -----

2. A tradição para o donatário, em qualquer momento, da coisa móvel doada, ou do seu título representativo, é havida como aceitação. -----

3. Se a proposta não for aceita no próprio acto ou não se verificar a tradição nos termos do número anterior, a aceitação deve obedecer à forma prescrita no artigo 947.º e ser declarada ao doador, sob pena de não produzir os seus efeitos. -----

Já no que diz respeito à forma desse contrato regula o art.º 947.º do Cód. Civil, o seguinte: -----

ARTIGO 947.º

(Forma da doação)

1 - Sem prejuízo do disposto em lei especial, a doação de coisas imóveis só é válida se for celebrada por escritura pública ou por documento particular autenticado. -----

2 - A doação de coisas móveis não depende de formalidade alguma externa, quando acompanhada de tradição da coisa doada; não sendo acompanhada de tradição da coisa, só pode ser feita por escrito. -----

No caso subjudice, regista-se que se trata de um bem móvel, razão pela qual não obstante ter já existido tradição da coisa, deverá a mesma ser formalizada por escrito. Em seguida, deverá analisar-se quem tem capacidade para doador e quem pode ser donatário, dispondo sobre tais requisitos os art.s 948.º e 949.º do Cód. Civil o seguinte:

Artigo 948.º

(Capacidade activa)

1. Têm capacidade para fazer doações, todos os que podem contratar e dispor dos seus bens. -----

2. A capacidade é regulada pelo estado em que o doador se encontrar ao tempo da declaração negocial. -----

Artigo 950.º

(Capacidade passiva)

1. Podem receber doações todos os que não estão especialmente inibidos de as aceitar por disposição da lei. -----

2. A capacidade do donatário é fixada no momento da aceitação. -----

Aqui chegados e explanadas as condições da doação em sede do Código Civil, importa agora ressaltar algumas situações em sede do Código dos Contratos Públicos para assegurar que o doador na sua ação de beneficência não venha a ficar prejudicado, porquanto dispõe o n.º 5 do art.º 113.º do CCP, o seguinte: -----

Artigo 113.º

Escolha das entidades convidadas

...

5 — Não podem igualmente ser convidadas a apresentar propostas entidades que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços à entidade adjudicante, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato. -----

...

Assim sendo, obviamente não poderá/deverá o doador vir a ser penalizado num futuro por um gesto de reconhecida generosidade para com o homenageado, para com a população de Cuba, para com os aficionados desta prática. -----

Para que tal não ocorra deveremos lançar mão do **Estatuto do Mecenato**, aprovado pelo Dec. Lei n.º 74/99, de 16 de março, na sua redação atual, para resolver a questão. Desse normativo legal invocamos o seguinte: -----

Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas

Artigo 1.º

Donativos ao Estado e a outras entidades

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "noe9" and "Gelo".

1- São considerados custos ou perdas do exercício, na sua totalidade, os donativos concedidos às seguintes entidades: -----

a) Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados. -----

Artigo 5.º

Deduções em IRS por virtude do mecenato

1- Os donativos atribuídos pelas pessoas singulares residentes em território nacional, nos termos e condições previstos nos artigos anteriores, são dedutíveis à colecta do ano a que dizem respeito, com as seguintes especificidades: -----

a) Em valor correspondente a 25% das importâncias atribuídas, nos casos em que não estejam sujeitos a qualquer limitação; -----

b) Em valor correspondente a 25% das importâncias atribuídas, até ao limite de 15% da colecta, nos restantes casos; -----

c) São dispensados de reconhecimento prévio desde que o seu valor não seja superior a 100 000\$00; -----

d) As deduções só são efectuadas no caso de não terem sido contabilizadas como custos. -----

Trazemos ainda à colação do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Dec. Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua redação atual, pela conexão com a questão, destacando-se os artigos 61.º, 62.º e 62-B: -----

CAPÍTULO X

Benefícios fiscais relativos ao mecenato

Artigo 61.º

Noção de donativo

Para efeitos fiscais, os donativos constituem entregas em dinheiro ou em espécie, concedidos, sem contrapartidas que configurem obrigações de carácter pecuniário ou comercial, às entidades públicas ou privadas, previstas nos artigos seguintes, cuja actividade consista predominantemente na realização de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, desportiva ou educacional. -----

Artigo 62.º

Dedução para efeitos da determinação do lucro tributável das empresas

1 - São considerados custos ou perdas do exercício, na sua totalidade, os donativos concedidos às seguintes entidades: -----

a) Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados; -----

Artigo 62.º-B

Mecenato cultural

1 - São consideradas entidades beneficiárias do mecenato cultural: -----

a) As pessoas previstas no n.º 1 do artigo 62.º e as pessoas coletivas de direito público;

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Ao abrigo das competências que são cometidas à Câmara Municipal no que diz respeito à aceitação de Doações pela alínea j) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, em articulação com os artigos 940.º e seguintes do Código Civil, bem como dos artigos 1.º e 5.º do Estatuto do Mecenato e ainda os artigos 61.º, 62.º e 62.º-B, todos do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aceitar expressamente a doação da Escultura que compreende o Busto do Forcado Pedro Primo, assumindo dessa forma a propriedade do bem e o dever de manutenção e preservação do mesmo; -----

2.º - Da presente notificação dar conhecimento ao doador, agradecendo e reconhecendo o seu gesto altruísta e, em simultâneo, determinar aos Serviços de Património que procedam em conformidade. -----

OBRAS PARTICULARES. -----

**16. JOSÉ EDUARDO GONÇALVES POLA. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA-
CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA. PRÉDIO 135 - SECÇÃO CADASTRAL C - VILA
RUIVA.** -----

Vem o requerente solicitar a apreciação de pedido de informação prévia para a construção de um apoio agrícola com 100m2 de área bruta, para armazenamento de alfaias, no prédio acima identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar o seguinte: -----

Do respetivo enquadramento prévio em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se que o prédio está inserido em *Áreas de proteção e valorização ambiental*; -----

De acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, há interferência com solos de REN (Reserva Ecológica Nacional); -----

Ainda, e tomando como base o disposto nos artigos 81.º e 74.º do regulamento do PDM há a referir que nestas áreas, *só se admitem novas construções desde que se destinem às atividades agrícola e florestal, para residência própria do proprietário-agricultor de exploração agrícola respeitando as condições enunciadas no n.º 3 do artigo 74.º do presente regulamento, bem como as destinadas a atividades e empreendimentos turísticos previstos no artigo 60.º deste regulamento, nos seguintes termos*: -----

- a) *o requerente é agricultor, nos termos regulamentares sectoriais, responsável pela exploração agrícola e proprietário do prédio onde se pretende localizar a habitação, facto que deve ser comprovado pelas entidades competentes*; -----
- b) *A área mínima do prédio não poderá ser inferior a 4 hectares, sendo excecionada até aos 2 hectares nas freguesias de Vila Alva e Vila Ruiva pela forte presença de pequena propriedade*. -----

Em concreto, poderá haver enquadramento do disposto no n.º 3 do artigo 74.º desde que verificados todos os pressupostos aí enunciados e dado tratar-se de construção de apoio à atividade agrícola. -----

Para os solos de REN, há que ter em consideração o respetivo regime jurídico, atualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 Setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro, que estabelece que nas áreas incluídas na REN *são proibidas as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ou ampliação, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal. Excetuando-se os usos e as ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas incluídas em REN. Consideram-se compatíveis com os objetivos mencionados no número anterior os usos e as ações que cumulativamente*: -----

1. *Não coloquem em causa as funções das respetivas áreas, nos termos do Anexo I; e*
2. *Constem do Anexo II do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, nos termos dos artigos seguintes, como*: -----

Nº 69

i) *Isentos de qualquer tipo de procedimento; ou* -----

ii) *Sujeitos à realização de uma mera comunicação prévia.*-----

Nos termos do atrás disposto, e tendo em consideração as competências da CCDRA para os solos de REN, deverá ser despoletada a consulta prévia para efeitos de emissão de parecer favorável ou aceitação de comunicação prévia, que é vinculativo nos termos da Lei; -----

Sendo o terreno confinante com a E.N. 258, nos termos da Lei n.º 34/2015 de 27 de Abril e demais normativos conexos, deverá ainda ser solicitado o parecer das Infraestruturas de Portugal (IP, SA); -----

No que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam vir a ser encontrados, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, com as alterações posteriores). -----

Mais se informa, que para efeitos do disposto no artigo 16.º do RJUE, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, não poderá a câmara municipal aprovar o pedido de informação prévia sem a pronúncia favorável das entidades exteriores referidas. -----

17. MONTE DO PASTO, LDA. PROCESSO N.º 11/2018. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA- CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO PARA ANIMAIS COM 3000M2 - REAPRECIAÇÃO. PRÉDIO N.º 4 SECÇÃO C FARO DO ALENTEJO – HERDADE DE MONTE MATOS. -----

Vem a requerente submeter a **reapreciação**, um pedido de informação prévia para a construção de um Pavilhão destinado à criação de uma engorda de ovinos, numa área de construção total de 4400m², a localizar no prédio acima identificado; -----

Foi solicitado parecer jurídico dos serviços da autarquia, cuja informação n.º 071/2018 consta do presente processo, concluindo o mesmo o seguinte: -----

2.1. No que respeita à exploração pecuária que se pretende instalar – instalação pecuária intensiva – estabelece o anexo II que apenas está sujeita a AIA, quando haja

 Noef

exploração de ≥ 600 bovinos, ou outras tipologias mediante ponderação de cabeças equivalentes; -----



2.2. Significa isto que no caso de exploração intensiva de ovinos a AIA só é obrigatória quando o número de CN seja igual ou superior a 600, o que no caso concreto se verifica ser inferior (420CN), mesmo que se previsse um efetivo de 7400 ovinos jovens, conforme referido na adenda à informação prévia, a equivalência em CN seria de 518, portanto **não sujeita a AIA**. Nesta conformidade, deverá a deliberação sobre a informação prévia ser corrigida, de forma a conformar-se com as normas legais enunciadas, que não obrigam a procedimento de AIA. -----

Nessa conformidade, uma vez que não há interferência com solos de RAN ou de REN, tal como explicitado na nossa anterior informação vertida no processo, e tendo em consideração o disposto no RJUE em articulação com o n.º 2 do artigo 55.º do Regime de exercício da atividade pecuária (REAP), regulado pelo Decreto-Lei n.º 214/2008 de 10 de Novembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 81/2013 de 14 de Junho, não estando a decisão sobre o presente PIP, dependente de decisão da entidade coordenadora sobre o pedido de autorização ou sobre a declaração prévia, poderá a câmara municipal decidir favoravelmente sobre o deferimento do presente pedido de informação prévia. -----

No que respeita à adenda apresentada, relativamente à possibilidade de construção de uma habitação com 100m², destinada a residência do caseiro, será conveniente o requerente apresentar uma localização específica, para efeitos de apreciação objetiva. Importa no entanto informar, que deverá ter-se em consideração que nos termos do disposto nos artigos 81.º, 83.º e 90.º, em articulação com o artigo 74.º do regulamento do PDM em vigor, publicado através do Aviso n.º 25938/2010 em D.R. 2.ª série de 13 de Dezembro, há a referir que nestas áreas, *só se admitem novas construções desde que se destinem às atividades agrícola e florestal, para residência própria do proprietário-agricultor de exploração agrícola respeitando as condições enunciadas no n.º 3 do artigo 74.º do presente regulamento, bem como as destinadas a atividades e empreendimentos turísticos previstos no artigo 60.º deste regulamento, nos seguintes termos:* -----

i) o requerente é agricultor, nos termos regulamentares sectoriais, responsável pela exploração agrícola e proprietário do prédio onde se pretende localizar a habitação, facto que deve ser comprovado pelas entidades competentes; -----

ii) A área mínima do prédio não poderá ser inferior a 4 hectares, sendo excecionada até aos 2 hectares nas freguesias de Vila Alva e Vila Ruiva pela forte presença de pequena propriedade; -----

Poderá à priori haver enquadramento nas condicionantes atrás expostas, depois de verificados os requisitos mínimos, e mediante apresentação de planta de implantação com a localização exacta da habitação preconizada. -----

No que respeita à revisão do presente PIP e sobre o pedido de construção do Pavilhão destinado à exploração pecuária, salvo melhor opinião, poderá a câmara decidir favoravelmente. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação do Serviço de Urbanismo deliberou aprovar o presente pedido de informação prévia. -----

18. JORGE MANUEL SOARES LASCAS. PEDIDO NO ÂMBITO DO ARTIGO 110.º DO RJUE/DIREITO À INFORMAÇÃO - CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO COM 200M² - PRÉDIOS RÚSTICOS N.º 59-C, 354-E E 505-E , VILA ALVA. -----

Vem o requerente solicitar informação no âmbito do artigo 110.º do RJUE, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, relativa aos condicionamentos legais em vigor aplicáveis ao local em questão, tendo em vista a possibilidade de construção de uma habitação com cerca de 200m² de área bruta. -----

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se que os prédios estão localizados essencialmente em *Área Agrícola Dominante e de REN*, estando ainda o prédio 59-C localizado também em *Rede de Protecção e Valorização Ambiental* -----

De acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, há a registar interferência com solos de REN (Reserva Ecológica Nacional) e de RAN (Reserva Agrícola Nacional); Para os solos de REN, e tendo como base o respetivo regime jurídico fixado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro, e Portaria n.º 419/2012 de 20/12, há um

conjunto de requisitos legais que deverão ser verificados, mediante emissão de parecer vinculativo da Comissão de Coordenação Regional (CCDRA); -----

Sem prejuízo do que atrás foi exposto, há ainda que ter em consideração o preceituado pelos artigos 60.º e 74.º do Regulamento do PDM, que estabelece algumas condicionantes para estas áreas: -----

a) *só se admitem novas construções desde que se destinem às atividades agrícola e florestal, para residência própria do proprietário-agricultor de exploração agrícola respeitando as condições enunciadas no n.º 3 do artigo 74.º do presente regulamento, bem como as destinadas a atividades e empreendimentos turísticos previstos no artigo 60.º deste regulamento, nos seguintes termos: -----*

i) *o requerente é agricultor, nos termos regulamentares sectoriais, responsável pela exploração agrícola e proprietário do prédio onde se pretende localizar a habitação, facto que deve ser comprovado pelas entidades competentes; -----*

ii) *A área mínima do prédio não poderá ser inferior a 4 hectares, sendo excecionada até aos **2 hectares** nas freguesias de **Vila Alva** e Vila Ruiva pela forte presença de pequena propriedade. -----*

As ações não agrícolas, como é o caso das edificações, estão sujeitas ao parecer favorável da Comissão Regional da Reserva Agrícola, no âmbito das competências conferidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31-3, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de Setembro, que estabelece o novo regime da RAN -----

De acordo com o exposto, e se houver verificação dos requisitos explicitados no ponto 5, haverá que proceder previamente à obtenção da autorização da CCDRA e da Comissão Regional da RAN. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

19. MARGARIDA ISABEL REDONDO PEREIRA JORDÃO. PROCESSO N.º 21/2018.-----

CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR, COURELAS DA IGREJA, LOTE 7, EM CUBA. --

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 20 de setembro de 2018, nos termos do art.º 34.º do RJUE na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

20. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO JARDIM DOS COMBATENTES, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara uma proposta do Sr. Presidente para Abertura do concurso em título nos seguintes termos: -----

"Considerando o interesse inerente ao desenvolvimento de uma atividade de exploração do bar do Jardim dos Combatentes, não só como forma de dinamizar o local, mas também de criar condições de retorno económico, quer público mediante a cedência do espaço, quer particular resultante dos lucros que daí possam advir para o respetivo explorador; -----

Considerando que o referido Bar, após a intervenção que irá sofrer, se encontra em condições de poder ser aberto, -----

Proponho que a Câmara delibere a abertura de concurso público para cessão de exploração do "Bar do Jardim dos Combatentes, em Cuba" e aprove os respetivos Programa de Concurso e Caderno de Encargos, que se anexam. -----

Mais proponho que o Júri do concurso seja constituído pelos seguintes membros: -----

Presidente: Francisco Fitas, Vice-Presidente da Câmara; -----

Vogais efetivos: Vitor Fialho, Chefe da UAJDCS;-----

Maria Isabel Semião, Técnica Superior.-----

Vogais suplentes: Cármen Estrela, Técnica Superior;-----

Cristina Candeias, Técnica Superior.-----

O Presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído por Vitor Fialho.-

O Presidente da Câmara (Dr. João Manuel Casaca Português). -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1. Proceder à abertura de concurso público para cessão de exploração do "Bar do Jardim dos Combatentes, em Cuba"; -----
 2. Aprovar o Programa de Concurso e Caderno de Encargos; -----
 3. Aprovar a composição do Júri do concurso nos termos propostos. -----
-

21. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO

BÁSICO. ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES. APOIO PARA ALIMENTAÇÃO (CANTINA ESCOLAR) E LIVROS/MATERIAIS ESCOLARES. ANO LETIVO 2018/2019. ALTERAÇÃO DO ESCALÃO DA COMPARTICIPAÇÃO PARA A CANTINA ESCOLAR – ALIMENTAÇÃO E APRECIÇÃO DE CANDIDATURAS EXTEMPORÂNEAS. ---

Foi presente à Câmara a Informação n.º 25/2018, do Serviço de Ação Educativa, reportando as situações que se sintetizam: -----

"Em Reunião de Câmara de 12 de setembro de 2018 o órgão executivo, deliberou aprovar o auxílio económico solicitado, no âmbito da Ação Social Escolar, requerido pela encarregada de educação do aluno, Isaac Dâmaso Afonso. De acordo com o escalão do abono que detinha na altura (II esc.) ficou aprovado que a Câmara suportaria 50% do encargo com as refeições escolares. -----

Contudo, na sequência de uma reavaliação dos rendimentos, o escalão sofreu alteração, passando para o I esc. do Abono de Família, e de acordo com a legislação em vigor a comparticipação é de 100% para a autarquia. -----

Assim, solicita a encarregada de educação que a atualização seja também considerada pela Câmara, apresentando o documento, em anexo. -----

Foram também apresentados 5 pedidos para os apoios em epígrafe, (1 da Educação pré-escolar e 4 do 1.º Ciclo). -----

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, os requerimentos foram aceites, atendendo aos motivos apresentados (transferência de estabelecimento de ensino). -----

São alunos, pertencentes a agregados familiares integrados no 1.º escalão de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família. -----

Assim, têm direito aos apoios em cantina, livros e/ou materiais escolares os alunos constantes nos quadros I (Educação Pré-escolar) e II (1.º Ciclo), anexos a esta informação. -----

Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições tem um valor estimado de 1.375,32€, sendo que por prudência para o 1.º período do ano letivo 2018/2019 o valor estimado será de 464,28€ e o encargo financeiro para o apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo, tem um valor de 200€. -----

O pagamento do apoio em livros e/ou materiais escolares, para o 1.º Ciclo será feito à entidade fornecedora dos materiais e/ou livros escolares, neste caso concreto à "Papellaria Articor", por meio de cheque ou outro meio de pagamento. -----

Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, de acordo com o art. 10.º do Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos, em matéria de Ação Social Escolar - Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico no que respeta a alimentação e atribuição de auxílios económicos para livros/materiais escolares a estudante, para ano letivo 2018/2019, deliberou considerar as situações elencadas apesar de extemporâneas. -----




22. ANA ROSA OLIVEIRA MOURATA PENDILHAS. VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO (ARTIGO 90.º DO RJUE, NA REDACÇÃO ACTUAL DO D.L. N.º 136/2014 DE 9 DE SETEMBRO). RUA ÁLVARO DE CASTELÕES, N.º 51, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 10U/2018, do Serviço de Urbanismo, que se transcreve: -----

Na sequência da reclamação da Sr.ª Ana Rosa Oliveira Mourata Pendilhas, residente na Rua Álvaro Castelões, 51, e para os efeitos previstos no n.º1 do artigo 90.º do RJUE, a comissão de vistoria constituída pelos técnicos identificados no presente Auto, procedeu a vistoria ao imóvel sito na Rua Álvaro Castelões, 47, para verificação das condições de utilização e conservação, realizada no dia 14 de Abril de 2018. -----

Com base na observação local das condições de conservação do imóvel, visíveis no momento da vistoria, foi possível verificar o seguinte: -----

O edifício, destinado a habitação encontra-se num estado devoluto, com avançada degradação, apresentando derrocada de parte substancial da cobertura tradicional, que

 NoeB
H-



ruiu para o interior do imóvel, e ainda sinais de mau estado de conservação da fachada e das caixilharias exteriores; -----

A casa da reclamante, à qual acedemos com a anuência da proprietária, apresenta alguns sinais de infiltrações de águas das chuvas, na parede de encosto ao prédio vizinho, que tende a agravar-se pela ausência de telhado nessa área e pela existência de orifícios resultantes do desligamento da estrutura de suporte da cobertura em madeira, que ruuiu para o interior do imóvel. A deposição do material de derrocada em estado de putrefacção e da proliferação de vegetação espontânea no interior do imóvel pode ainda propiciar a existência de ratos e de prejuízos para a saúde pública. -----

Nos termos do n.º 5 do artigo 90.º do RJUE, na redacção actual do D.L. n.º 136/2014 de 9 de Setembro, foi determinado o estado de conservação “MAU”, apurado de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012 de 31 de Dezembro e respetiva ficha de avaliação publicada através do anexo da Portaria n.º 1192-B/2006 de 3 de Novembro. -----

Obras preconizadas (cfr. artigo 89.º do RJUE) -----

Propõe-se em primeira instância, a remoção do material resultante da derrocada e respetivos escombros, devendo ser encaminhado para vazadouro, e respetiva limpeza interior. -----

Deverá ainda ser recolocada a cobertura que ruuiu de forma a evitar a infiltração das águas provenientes da chuva, e a consolidação dos rebocos nas paredes laterais de encosto a habitações vizinhas. -----

Deverá ainda o proprietário proceder a obras de remodelação das caixilharias exteriores de modo a evitar a intrusão no imóvel, e a conservação do reboco e pintura exteriores que contribua em condições razoáveis, para o arranjo estético da fachada do prédio, sem prejuízo de uma intervenção mais profunda que o proprietário entenda levar a cabo, no sentido de valorização do imóvel. -----

Nos termos do exposto, e atendendo ao disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), na redacção atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, sugere-se uma intervenção imediata do proprietário, num prazo não superior a 45 dias para a realização dos trabalhos. -----

Mais se informa que para efeitos do disposto no artigo 91.º do RJUE, se o proprietário não iniciar as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 89.º, pode a câmara municipal tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata, sendo aplicável à execução coerciva das obras, o disposto nos artigos 107.º e 108.º, com as devidas adaptações. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou notificar os proprietários para que procedam em conformidade com o determinado na presente informação cumprindo os prazos aí estabelecidos. -----

23. MÁRCIO DURVAL TORRALVO COSTA FREITAS (CIRCO ARENA). PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS. -----

Solicita a empresa Márcio Freitas, proprietário do Circo Arena, autorização para ocupação de via pública no recinto da Feira, para montagem do mesmo, nos dias 06 e 07 de outubro de 2018 e isenção do pagamento das taxas, em face das dificuldades que a atividade circense atravessa. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 190/2018, da Subunidade Administrativa deliberou: -----

1. Autorizar, de acordo com o disposto na alínea ee) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, a montagem do Circo; -----

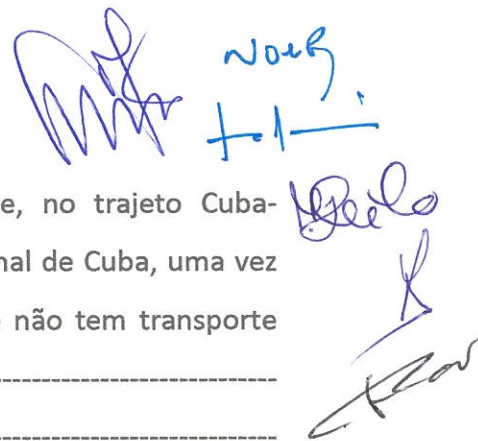
2. Isentar do pagamento de taxas nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e preços, em vigor no município, sendo que para o efeito as taxas previstas em tabela são as seguintes: -----

Licença de instalação e funcionamento de recintos itinerantes – por cada um até 12 m²/semana – € 31,05. Acresce por m² ocupado e por dia – € 2,21. Instrução de processo – € 6,69. -----

24. MARIA DE JESUS DA LUZ. PEDIDO DE UTILIZAÇÃO PARA TRANSPORTE EM AUTOCARRO ESCOLAR. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 83/2018, do SAJAI, que se transcreve: -----

Foi-nos solicitado o enquadramento jurídico do pedido apresentado pela Sr.ª D. Maria

 *Handwritten signature and initials in blue ink, including 'Norb' and 'H-1'.*

de Jesus da Luz de autorização para utilizar como transporte, no trajeto Cuba-Vidigueira, no período da manhã, o autocarro da Escola Profissional de Cuba, uma vez que trabalha naquela localidade na EBI, onde entra às 08h00, e não tem transporte público nem particular para se deslocar. -----

Quid jûris? -----

Antes de mais cumpre-nos informar que, sendo a Escola Profissional de Cuba propriedade do Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda (doravante CEFPDDM), é a esta entidade que deve ser solicitada a autorização requerida, não dispondo este órgão executivo, nos termos do princípio da legalidade, de competência para deliberar sobre este pedido (*vide* nº 1 do artº. 3º do CPA). -----

Consequentemente, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artº. 34º do CPA (*"Quando o particular, por erro desculpável (...) dirigir requerimento (...) a órgão incompetente (...) o requerimento (...) será devolvido ao seu autor, acompanhado da indicação (...) da pessoa coletiva a quem se deverá dirigir"*), deverá o requerimento em questão ser devolvido à requerente, com indicação de que o deve endereçar ao CEFPDDM. -----

Não obstante este facto, não queremos deixar de nos pronunciar sobre a questão vertida no pedido. -----

O autocarro efetua o transporte dos alunos da Escola Profissional de Cuba. Não se trata, portanto, de um transporte público, acessível a qualquer pessoa, mas restringido ao universo dos alunos daquele estabelecimento de ensino, que residam fora de Cuba. -----

Dadas as especificidades deste transporte, não será admissível que o mesmo seja usufruído por outras pessoas, na medida em que as mesmas não estão cobertas pelo seguro escolar, como acontece com os alunos, motivo pelo qual o seu transporte não estará coberto por qualquer seguro. Nem sequer pelo seguro de responsabilidade civil automóvel, independentemente das coberturas contratadas, pois caso ocorresse qualquer sinistro que causasse danos à(s) pessoa(s) transportada(s), que não seja(m) aluno(s), as seguradoras certamente iriam alegar tal facto para excluïrem eventuais responsabilidades. -----

Pelo exposto, não se aconselha a utilização do autocarro escolar por pessoas que não sejam alunos da escola. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

25. CANDIDATURA N.º 207/CEI/17- ADENDA – INFORMAÇÃO N.º 85/2017 DATADA DE 20/10/2017 COM A DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL EM 02 DE NOVEMBRO DE 2017. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 88/2018, do SASS, apresentando uma adenda à informação em título, nos seguintes termos: -----

A informação n.º 85/2017 datada de 20/10/2017 foi elaborada a fim de cabimentar os custos inerentes à candidatura n.º 207/CEI/17, contudo foram contabilizados custos/despesas para um período de candidatura inferior ao normalmente previsto, ou seja 12 meses. -----

Assim, como foram contabilizados apenas 10 meses, há que elaborar uma Adenda que explique o ajustamento a ser efetuado, designadamente para os dois meses que não foram considerados. -----

Custos a cabimentar na candidatura 207/CEI/17, para os restantes 2 meses: -----

Ano 2018 -----

Comparticipação da Câmara: -----

- Bolsa mensal: 85,78 € x 2 pessoas x 2 meses 343,12 € -----

Subsídio de Refeição: 4,77 € x 2 pessoas x 2 meses ...419,76 € -----

A despesa a considerar em orçamento é de: ...762,88 € -----

Deverá o órgão executivo deliberar sobre a Adenda aqui referida, para que se possa acolher a despesa inerente ao resto do período em falta da respetiva candidatura.-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a adenda contabilizando os 2 meses em falta para financiamento da candidatura. -----

26. AUGUSTO JOSÉ ARANTES G. BICÓ. PEDIDO DE VISTORIA PARA EFEITOS DE EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO. LARGO DR. GUERREIRO BICÓ, EM VILA ALVA. -----

Solicita o Sr. Augusto José Arantes G. Bico a realização de uma vistoria ao Prédio art.º 481, da freguesia de Vila Alva para emissão de autorização de utilização. -----

Na sequência do requerimento do proprietário, realizámos vistoria ao imóvel no dia 05.07.2018 pelas 11h, para efeitos de emissão de licença de utilização.

1. O prédio existente, com o n.º 481 da matriz predial, foi inscrito em 1968. Existe em arquivo camarário, processo de obras de remodelação (n.º436/1954) com data de entrada de 04/09/1954, pelo que nessa data já existia o referido prédio com a utilização de habitação que ainda hoje mantém. Foi emitida licença de construção com o n.º 45 em 10/03/1955.
2. Apesar da idade do edificado, julgamos que a habitação possuiu as condições mínimas de habitabilidade.
3. Para efeitos de emissão da licença de utilização, e nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 9.º do RJUE na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, em articulação com o n.º 26 da Portaria n.º 113/2015 de 22 de Abril e com o n.º 1.2. do anexo da Portaria n.º 349-C/2013 de 2 de Dezembro (que define os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento, comunicação ou **autorização de utilização**), deverá o requerente entregar ainda, os seguintes elementos:

- a) Termo de responsabilidade subscrito por pessoa legalmente habilitada a ser autor de projecto, nos termos do regime jurídico que define a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, relativo à conformidade da utilização prevista com as normas legais e regulamentares que fixam os usos e utilizações admissíveis, bem como à idoneidade do edifício para o fim pretendido;
- b) Ficha resumo caracterizadora do edifício, e acordo com o modelo ficha 2, constante do anexo à Portaria n.º 349-C/2013 de 2 de Dezembro;
- c) Certificado SCE, emitido por perito qualificado no âmbito do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios.

A Câmara, por unanimidade, deliberou notificar o requerente para entregar os elementos constantes da informação técnica, de forma a instruir o processo nas devidas condições. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: ---

"2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior". -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

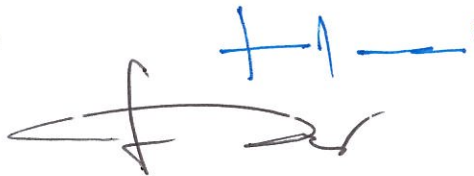
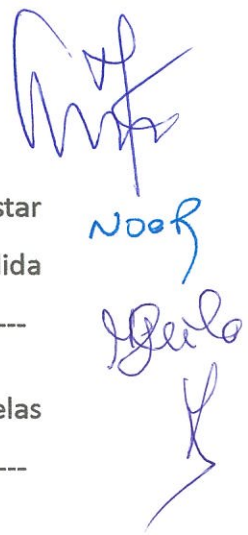
Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11h20m.-----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

The block contains two handwritten signatures. The top signature is in blue ink and appears to be 'H. I. ...'. The bottom signature is in black ink and is more stylized, possibly reading 'J. F. R. R.'.This block contains three handwritten signatures in blue ink. The top one is a large, bold signature. Below it are two smaller signatures, one of which appears to be 'Noel'.